

# Procedimentos de COMERCIALIZAÇÃO

---

## Módulo 6 – Penalidades

### Submódulo 6.1 – Penalidade e multas de medição

---

## ÍNDICE

1. *INTRODUÇÃO*
2. *OBJETIVO*
3. *PREMISSAS*
4. *LISTA DE DOCUMENTOS*
5. *FLUXO DE ATIVIDADES*
6. *DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES*
7. *ANEXOS*

Revisão	Motivo da Revisão	Instrumento de aprovação pela ANEEL	Data de Vigência
1.0	Primeira versão aprovada (CP 05/2012)	Despacho nº 3.215/2012	16.10.2012

## 1. INTRODUÇÃO

Todos os agentes conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN que comercializem energia devem instalar Sistemas de Medição para Faturamento – SMF, conforme legislação vigente.

O propósito da implantação e adequada manutenção do SMF é garantir a qualidade das informações utilizadas pela CCEE nos processos de contabilização e de apuração de encargos de uso do sistema de transmissão pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Para que isto ocorra de forma adequada, é indispensável que a infraestrutura relacionada ao SMF atenda aos requisitos técnicos necessários e que sejam cumpridas as premissas necessárias ao seu bom funcionamento. Cabe à CCEE apurar as penalidades para os agentes que apresentarem não conformidades em relação à adequação e manutenção do SMF.

Adicionalmente, a Portaria MME nº 29 de 28 de janeiro de 2011, em seu artigo 1º, estabelece que os geradores eólicos que tenham negociado energia elétrica nos Leilões de Novos Empreendimentos de Geração, Leilões de Fontes Alternativas e Leilões de Energia de Reserva devem iniciar as medições anemométricas e climatológicas permanentes dos ventos no local do parque de geração em até 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR ou do Contrato de Energia de Reserva – CER e enviar os respectivos dados à Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Exceção à regra, o contrato do 2º Leilão de Fontes Alternativas (2º LFA) prevê o início das medições mencionadas até o dia 1 de julho de 2013.

Dessa forma, a CCEE notificará os geradores eólicos inadimplentes quanto ao cumprimento de mencionada obrigação e os informará sobre a aplicação das multas previstas nos CCEARs ou CERs.

## 2. OBJETIVO

Estabelecer a metodologia de apuração e a aplicação de penalidades por infração nos processos, previstos no Sistema de Coleta de Dados de Energia - SCDE, relacionados com:

- adequação do Sistema de Medição para Faturamento;
- inspeção lógica, e
- coleta de dados de medição.

Estabelecer a forma de notificação e aplicação de penalidade por não envio de registros de medição anemométrica e climatológica à EPE por geradores eólicos que tenham negociação nos LEN, LER e LFA.

## 3. PREMISSAS

### Premissas Gerais

- 3.1. As penalidades relativas a não conformidades do SMF são classificadas conforme os grupos a seguir:
  - I. Adequação do Sistema de Medição para Faturamento; e
  - II. Inspeção lógica; e
  - III. Coleta de dados de medição.
- 3.2. A CCEE apura a conformidade do SMF mensalmente, e em caso de infração, os agentes ficam sujeitos às penalidades de multas dos grupos I, II e III adiante descritas.
- 3.3. Para o mesmo período de apuração, os agentes de medição que forem penalizados por infração do grupo i, não terão apuradas as penalidades para os grupos ii e iii, para o(s) respectivo(s) ponto(s) de medição considerado(s).
- 3.4. Os agentes de medição devem informar à CCEE, por meio do módulo de notificações do SCDE, as intervenções realizadas no SMF ocasionadas por manutenção preventiva ou corretiva, conforme prazos estabelecidos nos Procedimentos de Rede, incluindo ocorrências com os sistemas de telecomunicações e em equipamentos que não façam parte do SMF, porém impactem na medição final do agente.

- 3.5. A CCEE avalia as informações apresentadas nas notificações de manutenção do SCDE pelo agente de medição e o resultado dessa análise pode isentá-lo ou não da apuração da penalidade.
- 3.6. Para os pontos de medição que tenham a concessionária de transmissão, permissionária ou cooperativa de distribuição como agente de medição, a apuração da conformidade do SMF é realizada pela CCEE e, em caso de infração, o processo deve ser encaminhado para providências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
- 3.7. Em relação aos registros de medição anemométrica e climatológica, o envio dos dados deverá observar as normas estabelecidas pela EPE, incluindo, mas não se limitando, o estabelecido nos CCEARs e CERs e as normas técnicas e operacionais relacionadas ao Sistema de Acompanhamento de Medições Anemométricas (AMA) da EPE. A CCEE notificará os geradores eólicos acerca da aplicação das penalidades previstas nos respectivos contratos por estes celebrados, e as aplicará quando devido.

### **Infração na Adequação do Sistema de Medição para Faturamento**

- 3.8. A infração pela não adequação do Sistema de Medição para Faturamento é caracterizada quando for constatada uma ou mais das seguintes pendências:
  - a) Ponto de medição não cadastrado no SCDE;
  - b) Ponto de medição cadastrado, porém que não tenha apresentado projeto e/ou relatório de comissionamento aprovado pelo ONS;
  - c) Ponto de medição cadastrado, porém sem permitir o acesso da CCEE aos medidores, ou seja, nenhuma tentativa de acesso bem sucedida;
  - d) Ponto de medição cadastrado, porém não conectado ou com coleta instável no SCDE, assim entendido aquele que não apresente coleta de dados do ponto de medição, no mínimo, por 7 (sete) dias consecutivos, tanto para os medidores principal e retaguarda ou como para os medidores de energia bruta;
  - e) Ponto de medição cadastrado, porém sem medidor de retaguarda.

- 3.9. O fato de a concessionária, permissionária ou autorizada possuir a responsabilidade técnica ou financeira pela instalação e/ou manutenção do Sistema de Medição para Faturamento não exime o consumidor livre e o consumidor especial de eventuais penalidades de multa decorrentes de Infração na adequação do sistema de medição para faturamento, quando estes forem os causadores do fato impeditivo para a adequação.
- 3.10. Para a análise simultânea da responsabilidade a CCEE encaminhará termos de notificação para ambos, sendo que somente será possível a penalização do responsável.
- 3.11. O fato de a concessionária de transmissão efetuar a compra dos equipamentos de medição para faturamento, cobrando os encargos de conexão da concessionária, permissionária ou autorizada de distribuição, não exime a distribuidora acessante de eventuais penalidades decorrentes de infração na adequação do Sistema de Medição para Faturamento.
- 3.12. A penalidade de multa por infração na adequação do Sistema de Medição para Faturamento, aplicável para cada ponto de medição irregular do agente de medição, corresponde a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), multiplicados pelo Fator de Penalidade – FPE:
- FPE=1, para o nível de tensão inferior a 30 kV;
  - FPE=2, para o nível de tensão igual ou maior que 30 kV e inferior a 69 kV;
  - FPE=4, para o nível de tensão igual ou maior que 69 kV e inferior a 88 kV;
  - FPE=8, para o nível de tensão igual ou maior que 88 kV e inferior a 230 kV; e
  - FPE=16, para o nível de tensão igual ou superior a 230 kV.

### Infração na Inspeção Lógica

- 3.13. Entende-se por inspeção lógica a coleta, para validação pelo SCDE, dos parâmetros e dados de medição diretamente dos medidores principal, retaguarda e geração bruta, se aplicável.
- 3.14. Os agentes de medição devem realizar monitoramento do *link* de comunicação para acesso aos medidores pelo SCDE, de forma a garantir a inspeção lógica como definida na premissa 3.13.
- 3.15. A infração na inspeção lógica é caracterizada quando constatadas 3 (três) tentativas fracassadas e consecutivas de acesso a qualquer um dos medidores do ponto de medição dentro de um mesmo mês civil.

- 3.16. A CCEE comunica ao agente de medição na primeira tentativa de coleta fracassada. A segunda tentativa é realizada após a resposta do agente, ou transcorridos 3 (três) dias úteis da comunicação, o que ocorrer primeiro. A terceira tentativa é feita com o intervalo mínimo de 1 (um) dia útil após a segunda.
- 3.17. O valor da penalidade de multa por infração na inspeção lógica corresponde ao montante de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos Reais), multiplicado pelo Fator de Penalidade – FPE, para cada ponto de medição irregular:
- FPE=1, para o nível de tensão inferior a 30 (trinta) kV;
  - FPE=2, para o nível de tensão igual ou maior que 30 (trinta) kV e inferior a 69 (sessenta e nove) kV;
  - FPE=4, para o nível de tensão igual ou maior que 69 (sessenta e nove) kV e inferior a 88 (oitenta e oito) kV;
  - FPE=8, para o nível de tensão igual ou maior que 88 (oitenta e oito) kV e inferior a 230 (duzentos e trinta) kV; e
  - FPE=16, para o nível de tensão igual ou superior a 230 (duzentos e trinta) kV.

### **Infração na Coleta de Dados de Medição**

- 3.18. Os agentes de medição devem consultar no SCDE, diariamente, o relatório de medidas consolidadas dos pontos de medição sob sua responsabilidade para tomar, se cabível, as providências necessárias para a regularização.
- 3.19. Os agentes de medição que tiverem suas solicitações de ajustes de dados de medição aprovadas, conforme premissas descritas nos termos do submódulo 2.1 – Coleta e Ajuste de Dados de Medição, dos Procedimentos de Comercialização, não estão isentos de eventual apuração da penalidade prevista nesta seção.
- 3.20. A infração na coleta de dados de medição pelo SCDE é caracterizada pela ausência de dados por períodos maiores que 72 (setenta e duas) horas, ininterruptas, ou 120 (cento e vinte) horas alternadas para o mês de apuração.
- 3.21. O valor da penalidade de multa por infração na coleta de dados de medição pelo SCDE é obtido pela fórmula:

$$PEN_m = \frac{Total\_de\_Energia_{SCDE\_m}}{N^o_{horas\_mês}} * N^o_{horas\_falt} * 0,05 * PLD\ médio_m$$

Onde:

$m$  é o mês de referência;

$PEN_m$  é o valor de penalidade mensal por infração na coleta de dados de medição, expresso em R\$;

$Total\_de\_Energia_{SCDE\_m}$  é o total de energia consistida (coletada com sucesso) do ponto de medição que constar no SCDE;

$N^o_{horas\_mês}$  é o número de horas do mês;

$N^o_{horas\_falt}$  é o número de horas sem coleta;

$PLD\ médio_m$  é a média dos Preços de Liquidação de Diferenças médios dos submercados no mês; e

O valor mínimo a ser aplicado para o  $PEN_m$  é de R\$ 5.000,00 (cinco mil Reais).

- 3.22. Os agentes de medição estão isentos da aplicação de penalidades por infração na coleta de dados de medição pelo SCDE quando ocorrer instabilidade de comunicação que seja de responsabilidade da CCEE.
- 3.23. A CCEE encaminha Termos de Notificação - TNs, por meio de carta com aviso de recebimento dos correios (AR), para cada tipo de infração (grupos I II ou III definidos na premissa 3.1), relacionando os pontos de medição irregulares, e informando os valores de penalidades apurados.
- 3.24. Os procedimentos para envio de contestação para deliberação pelo Conselho de Administração da CCEE - CAD, dentre outras providências, estão previstos no submódulo 6.2 – Notificação e Gestão do Pagamento de Penalidades, dos Procedimentos de Comercialização.

### **Multa por Descumprimento de Obrigação de Envio de Registros de Medições Anemométricas e Climatológicas à EPE**

- 3.25. Com base nas informações disponibilizadas pela EPE, a CCEE calcula a multa por descumprimento da obrigação contratual conforme definido no Módulo de Energia de Reserva das Regras de Comercialização.



3.26.A CCEE deve notificar os geradores eólicos sobre o descumprimento da obrigação informada pela EPE, por meio de correspondência enviada aos agentes, tendo como base o anexo deste submódulo:

- I. cujos CCEARs e CERs prevejam multa pelo não início da coleta dos registros de medição anemométrica e climatológica e de seu respectivo envio para a EPE, e
- II. que estejam inadimplentes com a obrigação de envio de registros das medições anemométricas e climatológicas.

3.27.A CCEE enviará correspondência informando o primeiro mês de descumprimento da obrigação e outra quando da regularização do envio das medições, de forma que o agente esteja ciente dos meses de atraso que serão considerados no cálculo da multa que será abatida das receitas de venda a serem percebidas pelos geradores, conforme definido nas Regras de Comercialização.

3.28.A CCEE informará às distribuidoras contratantes em leilões de energia nova e de fontes alternativas sobre o valor que deverá ser deduzido das faturas mensais associadas às respectivas receitas de venda, quando do início do recebimento dessas por parte dos vendedores, referente às multas apuradas.

3.29.A CCEE somente efetuará recálculo da apuração caso haja determinação expressa da ANEEL e/ou EPE nesse sentido.

3.30.Os geradores eólicos que tenham negociado energia em leilões, mas cujos contratos não prevejam a aplicação de multas por não cumprimento da obrigação de envio de registros de medição anemométrica e climatológica estarão sujeitos ao processo de fiscalização da ANEEL e eventual aplicação de penalidades por parte dessa Agência nos termos dos respectivos contratos.

#### **4. LISTA DE DOCUMENTOS**

Não aplicável.

#### **5. FLUXO DE ATIVIDADE**

Não aplicável.

#### **6. DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES**

Não aplicável.

## 7. ANEXOS

### 7.1 - Notificação extrajudicial de descumprimento de obrigação contratual

**Nome Empresarial do agente**  
**Representante Legal**  
**Endereço**

**REF: NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO CONTRATUAL – DADOS DAS MEDIÇÕES ANEMOMÉTRICAS E CLIMATOLÓGICAS DOS VENTOS**

Prezados senhores:

1. Serve a presente notificação extrajudicial para comunicar Vossas Senhorias do descumprimento contratual da cláusula (\_\_\_\_\_) do (\_\_\_\_\_) ("CER/CCEAR") celebrado em decorrência do **Xº** leilão (\_\_\_\_\_), que dispõe sobre a obrigação de o vendedor, agente **NOME EMPRESARIAL**, CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX** realizar as medições anemométricas e climatológicas dos ventos e encaminhar mensalmente os dados das medições para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE.
2. A Empresa de Pesquisa Energética – EPE, por meio do Ofício nº **XXXX/XX**, de **XX.XX.XXXX**, informou a esta Câmara sobre o descumprimento da obrigação contratual de envio dos dados das medições anemométricas e climatológicas dos ventos da Central Geradora Eólica XXXXXX, no período de **XXXXX**.
3. Conforme previsto na cláusula (\_\_\_\_\_) do CER/CCEAR, o descumprimento da obrigação contratual sujeita o vendedor ao pagamento mensal de 1% (um por cento) da Receita Fixa anual, pelo período em que permanecer inadimplente com a obrigação em questão.
4. O valor da multa devida em razão do inadimplemento no período mencionado no item "2" será deduzido da Receita de Venda quando iniciado o recebimento dessa por parte do agente.
5. Dessa forma, independentemente do pagamento indicado no item "4" da presente, a CCEE notifica Vossas Senhorias para que seja dado cumprimento à obrigação contratual constante da cláusula (\_\_\_\_\_) do CER/CCEAR.
6. Cumpre esclarecer que o não cumprimento integral da citada obrigação resultará na continuidade da aplicação da multa prevista no CER/CCEAR.
7. Ressalte-se que o cumprimento da obrigação não implicará a anulação das multas já apuradas.
8. A presente correspondência é meramente informativa, sendo que a ausência de conhecimento e/ou ciência do agente acerca de seus termos não impede a cobrança de eventual multa apurada pela CCEE.

Para quaisquer esclarecimentos, favor entrar em contato com a Central de Atendimento da CCEE, pelo telefone 0800-10-00-08 ou atendimento@ccee.org.br, para agendamento de horário.

Atenciosamente,

**CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE**  
Luiz Eduardo Barata Ferreira  
Superintendente